



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CURRÍCULO: INTEGRAÇÃO DA TEORIA E PRÁTICA NA  
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**CLÁUDIA ALVES MATOSO**

**BETIM**

**2011**

**CLÁUDIA ALVES MATOSO**

**CURRÍCULO: INTEGRAÇÃO DA TEORIA E PRÁTICA NA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais -  
UFMG, como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em  
Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Jussara Bueno de  
Queiroz Paschoalino

**BETIM**

**2011**

**CLÁUDIA ALVES MATOSO**

**CURRÍCULO: INTEGRAÇÃO DA TEORIA E PRÁTICA NA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Betim

2011

**SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>2 CURRÍCULO DA ESCOLA MARIA HELENA: ÊNFASE A UMA PERSPECTIVA MAIS COLETIVA</b>	<b>07</b>
<b>3 CONCLUSÃO</b>	<b>11</b>
<b>4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>13</b>
<b>5 ANEXO PPP</b>	<b>14</b>

## **RESUMO**

Esse trabalho de conclusão de curso possibilitou a análise do Projeto Político Pedagógico - PPP. A partir da construção do PPP, o ponto que gerou maiores indagações, frente à perspectiva de Gestão Democrática, na Escola Maria Helena, foi o Currículo. Nesse sentido, o desenvolvimento do presente trabalho, procurou explicitar o que era necessário para avançar, enquanto comunidade escolar, com vistas ao alcance dos objetivos propostos pelo PPP, no que se refere ao currículo. Dessa forma, permitiu repensar atitudes e posturas, construídas e praticadas no currículo existente, que fortaleciam as finalidades da escola e da educação almejada. Em suma, o trabalho apresentou os desafios e as possibilidades da Escola Maria Elena, de refletir o currículo numa prática de gestão compartilhada.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar os desafios e perspectivas da construção do PPP na Escola Municipal Maria Helena, no bairro Icaivera na cidade de Betim, com enfoque a um ponto fundamental para a educação: O Currículo.

Por se tratar de uma escola fundada no ano de 2000, entende-se que o grupo de trabalho vem se consolidando e constituindo durante esse tempo. A escola possui funcionários que fazem parte do quadro desde a fundação da mesma, e ao mesmo tempo, apresenta um grupo que não cria vínculos sólidos por não fazer parte do grupo efetivo de funcionários.

No início da escola as dificuldades de interação foram grandes devido à falta de coesão do grupo e repercutiam nas práticas pedagógicas. Essa realidade vem mudando uma vez que, apesar de ainda a escola não ser constituída de um quadro com maior parte de efetivos, principalmente no turno da tarde, Hoje, a instituição tem um grupo que a criou laços de pertencimento à escola, constituído por efetivos ou não.

Assim, a construção do PPP veio para ajudar a resolver esse impasse, pois é certo que esse documento representa a própria identidade da escola, quando retrata a construção coletiva, foco de uma Gestão Democrática. (Oliveira 2009). Desta forma, se permitiu constatar as marcas deste trabalho, que aconteceu na escola e se tornaram palpáveis através dos registros, que formaram nosso currículo, sempre abertos às novas idéias e até mesmo aos ideais do que se pretende junto à comunidade do bairro.

Nesse sentido, pretendeu-se ao longo desse trabalho destacar, diante da realidade construída, a necessidade de reflexão sobre como tratar o Currículo da Escola Municipal Maria Helena. A análise do currículo escolar a partir do PPP possibilitou compreender de que forma a integração e a consolidação das finalidades da escola estavam evidenciadas.

O currículo escolar é uma construção constante, pois, engloba todas as atividades realizadas no dia-a-dia da escola, é no desenvolvimento dele que colhemos as respostas da educação que queremos. (Menezes, 2002). É um desafio que o currículo vá além de conteúdos a serem trabalhados e que faça parte fundamental às ações coletivas refletidas na comunidade

escolar com respeito às especificidades. São pontos que merecem destaque e busca de esclarecimentos para que práticas e ações caminhem sempre juntas.

## **2 CURRÍCULO DA ESCOLA MARIA HELENA: ÊNFASE A UMA PERSPECTIVA MAIS COLETIVA**

A Escola Municipal Maria Helena tem a inquietação constante com a resposta de qual o objetivo do nosso trabalho? Apesar de, em diversos momentos, encontrarmos essa resposta, faz-se importante a compreensão de que é necessário repensar os tempos na unidade escolar. Não é possível desvincular o tempo escolar do currículo, com o trabalho na prática. Assim, desde os anos iniciais têm-se uma preocupação com a formação plena de nossos alunos e o intuito constante de repensar o currículo. (ARROYO, 2007).

Porém há que se questionar sobre como acontece o trabalho de definição curricular na escola Maria Helena, uma vez que, percebo a falta de uma socialização mais sistemática entre os diversos grupos de trabalho da escola, que se organizam indiferentemente da idade, para definição do currículo. Em contradição, na escola ainda ocorrem reuniões, para definição de conteúdos a serem trabalhados cujo foco é o que se faz necessário saber em cada etapa do ciclo. (ARROYO, 2007).

É sabido da existência, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, à base nacional comum e a parte diversificada estabelecida no Artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Nesse sentido, torna-se necessário que conforme o que se propõem no trabalho de Gestão Democrática (Oliveira 2009), que o professor não fique preocupado somente com seu local de trabalho, mas que tenha o cuidado com os alunos que fazem parte da escola. Desta forma, repensar o currículo para que adequar às leis e a realidade dos alunos. Com essa concepção faz-se necessário que desde os ciclos iniciais e em todos os níveis, o trabalho seja mais compartilhado, que o olhar se faça mais coletivo, abrangendo toda a comunidade escolar. (ARROYO, 2007).

Esse entendimento espera-se que haja o engajamento da parte diversificada do currículo com projetos de trabalho mais interdisciplinares, respeitando a transversalidade que deve acontecer no currículo. (Moreira 2000).

A escola em questão tentou suprir um pouco esses olhar de isolamento quando trabalhou com algumas turmas flexíveis. Essa proposta estava inserida no PPP, através da mistura de turmas, em alguns momentos durante a semana, a fim de atender às demandas dos diferentes grupos. Mas, penso que foram iniciativas que mereceriam mais adeptos, uma vez que se têm resultados positivos, conforme avaliado.

Dessa forma, a escola estava se adequando à diversidade, tão presente e necessária ao âmbito escolar. Na escola, os alunos eram agrupados e muitas vezes se adotava práticas grupais. Porém, ressaltávamos que cada aluno possuía sua identidade e individualidade, que deveriam ser respeitados, conforme experiência vivenciada.

Os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. (GOMES, 2008, p.18).

A concepção do autor supracitado reforça a intencionalidade do currículo, que visa à plenitude da humanização. No que tange aos anos finais do ciclo, foi destacado no PPP da escola, o trabalho voltado para um currículo que atendesse as demandas de formação dos educando para o ensino médio. Apesar do número de estudantes do bairro Icaivera, o mesmo possuía somente uma escola de atendimento ao nível médio. O problema em questão, não se retratava pela falta de vagas, mas na iniciativa dos próprios alunos da escola, que procuravam outras escolas. Assim, um número representativo de alunos, de participavam de processos de seleção para estudarem em escolas Federais ou mesmo do ansiavam em fazerem cursos técnicos.

Assim, discuto mais uma vez a definição da estrutura curricular, que vai além que se preocupar em ouvir aos alunos e adequar o currículo, respeitando o empenho dos mesmos em se prepararem para provas de seleção. Entretanto, os questionamentos se referem às listas de conteúdos para essas provas. Aplico aqui, as experiências não somente de provas de seleção, mas também todas as avaliações que medem níveis de aprendizagens, que, na minha visão, selecionam não somente pessoas, mas também escolas.

Desse modo, a intenção de homogeneizar o que se ensina nas escolas, com vistas a oferecer suporte a um sistema nacional de avaliação que se vem implantando aos poucos



no país, tem sido desafiada pela liberdade de que desfrutam estados e municípios em uma república federativa (...) Viabiliza-se, assim, um processo de construção do currículo que se desenvolve a partir de princípios balizadores comuns e das especificidades e dos interesses da escola e de sua comunidade. (MOREIRA, 2000, p.124, 125).

A perspectiva do autor evidencia que o currículo atrelado às provas sistêmicas tem deixado lacunas em relação ao aluno real. A escola Maria Helena, tem tentado fazer diferente. Assim, a escola adotou uma dinâmica diferenciada que conta com um grupo de trabalho que possui o olhar para a diversidade da comunidade que a constitui. Nesse sentido, há um amparo ao aluno em defasagem com atendimentos de projetos que orgulha-nos e faz-nos crer na educação que queremos. Dois projetos foram realizados com a adesão dos alunos: “Café com Letras” e “Quinto Horário”.

O “Café com Letras”, constituiu um atendimento aos alunos antes do horário das aulas, associando o cafezinho matinal à leitura daquilo que mais aprazer aos alunos. Já o projeto “Quinto Horário”, refere-se a um momento de tira-dúvidas dos conteúdos trabalhados. Estas propostas que compuseram o nosso PPP reforçaram nossa perspectiva de valorização e respeito à diversidade da comunidade escolar, pois se organizou num trabalho coletivo.

Para Oliveira (2009) é imprescindível refletir sobre as ações pedagógicas mediadas pelo currículo num âmbito mais coletivo. Nesse sentido, a abrangência e o conhecimento dos objetivos a serem alcançados pela escola, por todos os grupos de trabalho, para atender a um processo mais democrático da escola precisam ser efetivados.

A experiência do PPP realizado na escola comungou com o pensamento:

Os professores deixaram de serem meros executores de prescrições centralmente elaboradas, tornando-se o processo mais democrático e garantindo-se espaço para a diversidade no currículo. A comunidade foi estimulada a participar, a estar presente nas decisões coletivas, de modo a envolver-se afetivamente com as atividades escolares. Todas as propostas caminharam, assim, em oposição às tentativas centralizadoras do governo federal, apresentando como principais conquistas os esforços por democratizar o espaço escolar, por desenvolver currículos centrados nas escolas e por promover a integração dos conteúdos e das atividades. (MOREIRA, 2000, p.123).

Refliço que se for do conhecimento de todos os segmentos a proposta curricular, que envolve o desenvolvido por outros ciclos, fará sentido o trabalho de Gestão Democrática. A compreensão de que educação é de responsabilidade de todos não somente o resultado final, mas o resultado de educação com formação plena (Oliveira 2009).

Quanto à EJA, a experiência da Escola Maria Helena, apresenta uma discussão mais ampla sobre currículo, ainda não é a ideal, uma vez que, a maior parte das experiências ainda não era compartilhada por todos da escola, principalmente pelos outros turnos. Uma lacuna evidenciada foi a falta de registros.

Os questionamentos sobre o porquê de a EJA apresentar um calendário diferenciado dos outros dois turnos na rede em que a escola se insere, acontecia entre a comunidade escolar. Conforme colocado no PPP, a escola noturna possuía espaços e tempos para reflexões e discussões, que remetessem em práticas pedagógicas que permitissem a transversalidade necessária no currículo. (Moreira, 2000).

A comunicação, também refletida por registros de como aconteciam e desenvolviam os trabalhos, foi um ponto chave para alcance dos objetivos de conhecimento do trabalho realizado na escola como um todo. E deverá sempre ser avaliada. A participação da Gestão, claro que com participação também de todo o coletivo e principalmente dos pedagogos e coordenadores pedagógicos nesse processo, foi fundamental, uma vez que, representavam um grupo, que trabalhava em prol de objetivos definidos coletivamente no PPP. Diante do exposto, Fernandes e Freitas, (2008, p.18), asseguram que:

Se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos, sejam eles de aprendizagens, da dinâmica escolar ou prática da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade de apenas um ou outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular.

Por fim, outro ponto do PPP, referente a currículo, que mereceu destaque, mas também reflexão, foi o Programa Escola da Gente, que previa o trabalho com os alunos em tempo integral.

Conforme citado no Projeto Político Pedagógico o programa foi bem aceito pela comunidade. O destaque foi de que já avançamos muito, enquanto coletivo, e ainda precisamos avançar mais, no entendimento de que a escola é uma só, e que, portanto, os alunos atendidos no programa são os mesmos os quais trabalhamos. Mais uma vez, destaco que o processo de comunicação entre os grupos foi imprescindível, principalmente quando as oficinas do Programa aconteciam fora do espaço da escola.

Faz-se importante então, aumentar relações de parceria, para que o trabalho possa fluir com maior tranquilidade. Um ambiente escolar com responsabilidades divididas, idéias

aumentadas, angústias diminuídas é muito mais fácil e prazeroso de se trabalhar. A escola Maria Helena caminha, penso que a passos largos, para esse fim.

### 3 CONCLUSÃO

A escolha do ponto currículo me oportunizou trabalhar com questões que ainda incomodavam no dia-a-dia. Sou ciente de que, quando alguns questionamentos forem respondidos, outros devem surgir, pois trabalhamos com Educação. O espaço, o lugar, o porquê e para quê, têm que ser acompanhado de interrogações para nos fazer crescer. Não é só o aluno quem cresce. Crescemos como profissionais, como pessoa, como agentes transformadores da realidade que nos incomoda.

Diante disso, foi que o PPP representou um norte para nosso trabalho, mas não tem fim, estarão sempre abertas às novas idéias, possibilidades e avaliações. (Oliveira, 2009). Porque precisamos mesmo questionar a todo tempo sobre o que construímos enquanto grupo, o que se faz registrado, o que acreditamos e mais ainda é o que estamos praticando.

Discutir currículo é assim, discutir como anda nosso trabalho, é se avaliar cotidianamente. É como desatacou Arroyo (2008, p.20):

Uma forma de trazer o currículo para o cotidiano coletivo profissional vem de uma prática que se torna familiar nas escolas: o trabalho mais coletivo dos (as) educadores (as). O planejamento por coletivos de área ou por coletivos de ciclo passou a ser um estilo de trabalho que tende a se generalizar. Tanto cada profissional quanto esses coletivos revêem os conteúdos de sua docência e sua ação educativa. Junto com os administradores das escolas, escolhem e planejam prioridades e atividades, reorganizam os conhecimentos e intervêm na construção dos currículos.

Na escola Maria Helena, estamos construindo o percurso de onde queremos chegar. É sabido que somos uma escola fundada há poucos anos, passamos por problemas de complementação de nossos quadros de professores. Nós estamos geograficamente localizados distante do centro do município em que nos encontramos, mas fazemos história. Porque temos uma comunidade escolar participativa, pessoas que se doam e empenham por uma educação melhor e mais ainda, compromisso e responsabilidade com a educação que queremos.

Desse modo, discutir ou refletir currículo não é difícil quando enxergamos a luz de como fazê-lo. Penso que o mais complicado é conseguir o empenho e participação de todo o grupo. Seria ir à contramão pensar que as práticas de isolamento de professores, turmas ou turnos não se façam presente. Uma vez que essa é proposta do PPP, cabe nos estreitar, como cita Moreira (2000, p.131), a teoria da prática:

Como reformar currículos é alterar a prática da educação, está-se diante de problema de relação entre teoria e prática que interessa e concerne a muitos, não apenas aos técnicos, aos especialistas e aos professores. Cabe, então, tanto promover o diálogo entre esses grupos, como estendê-lo para além das escolas, das universidades e dos sistemas escolares.

Diante do exposto, reflito que não há como dar errado quanto ao alcance dos objetivos elencados no Projeto Político Pedagógico, se essa for a nossa prática. A literatura, nesse sentido, os diz que: “[...] é determinante quando fala da integração da teoria à prática” e resume o que conclui: “Somente praticando essa integração aprenderemos a desenvolvê-la, a ampliar suas possibilidades e a romper seus limites”. (MOREIRA, 2000, p.132).

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre o currículo**. Brasília, MEC, 2008. In: ARROYO Miguel G. *Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo*, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre o currículo**. Brasília, MEC, 2008. In: FERNANDES, Cláudia de Oliveira e FREITAS, Luiz Carlos de. *Diversidade e currículo*, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre o currículo**. Brasília, MEC, 2008. In: GOMES, Nilma Lino. *Currículo e avaliação*, 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de SANTOS, Thais Helena dos. "Currículo escolar" (verbetes). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?Id=72>, visitado em 8/11/2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 73, Dezembro/00.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. In: **Escola de gestores**. Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2\\_joao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf) - Acessado em dezembro de 2010.

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**ESCOLA DE GESTORES**

**CARLA DAS GRAÇAS MATOSO**

**CÍCERA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA**

**CLÁUDIA ALVES MATOSO**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL**

**MARIA HELENA - 2010**

**BETIM**

**2010**

**CARLA DAS GRAÇAS MATOSO  
CÍCERA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA  
CLÁUDIA ALVES MATOSO**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
MARIA HELENA - 2010**

Atividade apresentada à Escola de Gestores da UFMG como requisito parcial obtenção do título de especialista em Gestão Escolar.

Área de Concentração: Ensino

Orientadora: Profa. Gláucia de Fátima Silva

**BETIM  
2010**

**ESCOLA MUNICIPAL MARIA HELENA**

Av. Sycaba, nº 75,

Icaivera - Betim –MG. CEP: .32369020

Fone: 35960846

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**Betim**

**2010**



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO -----</b>	<b>05</b>
<b>2 FINALIDADES DA ESCOLA-----</b>	<b>09</b>
<b>3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL -----</b>	<b>13</b>
<b>4 CURRÍCULO -----</b>	<b>18</b>
<b>5 TEMPO ESCOLAR -----</b>	<b>21</b>
<b>6 PROCESSO DE DECISÃO -----</b>	<b>25</b>
<b>7 RELAÇÕES DE TRABALHO-----</b>	<b>28</b>
<b>8 AVALIAÇÃO-----</b>	<b>31</b>
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem a finalidade de apresentar a Escola Municipal Maria Helena. Conhecer como a mesma é organizada e como acontece o funcionamento, avanços, desafios e o processo de gestão na perspectiva de uma escola para formação cidadã.

A escola Municipal “Maria Helena” se situa na cidade de Betim, na Avenida Sycaba, nº 75, no bairro Icaivera, faz divisa com o município de Contagem e, até pouco tempo, o acesso direto de transporte somente acontecia para essa cidade. Agora, há aproximadamente dois anos é que existe um micro-ônibus que atende o acesso ao centro de Betim três vezes ao dia, portanto faz-se necessário criar laços entre a cidade que a escola se localiza e a identidade de pertencimento da comunidade, diante do exposto, a instituição procura trabalhar com essa relação sempre.

A escola “Maria Helena”, carinhosamente chamada por todos, atende ao Ensino fundamental. Segundo relatos, dos moradores e pais de alunos, ela é uma conquista da comunidade, uma vez que o bairro possui outras escolas (Estadual e Municipal de Contagem), porém a demanda de alunos é muito grande. A unidade escolar foi instituída aos 13/12/99, pelo decreto Municipal nº 15.399 e obtiveram denominação através da lei municipal nº 4.360 de 30/06/2000.

Diante disso, percebe-se a importância que tem a escola para o bairro, uma vez que esse não possui espaços de lazer, recreação e socialização de forma mais extensa, assim a escola é esse lugar de aprender, de jogar bola, de ir à biblioteca de participar de festas e conversar, além, claro da função social de espaço de aprendizagem.

Faz-se necessário ressaltar também que é feito um trabalho em prol da conservação da escola, conscientização de que deve estar limpa sempre, apesar de ocorrer algumas incidentes advindas principalmente por quem não estuda nesta instituição, portanto, conta-se com o empenho de muitos para manter o ótimo estado de conservação, ainda presente.

A administração da escola foi eleita pelo processo de gestão democrática, possui uma diretora, duas vices diretoras e o colegiado. Os problemas e as propostas são colocadas no grupo, assim, diante das decisões coletivas a direção cuida de toda a parte burocrática e disciplinar e se faz presente também nas conversas e informações com os órgãos superiores, como SEMED (Secretaria Municipal de Educação). É importante frisar que a direção sempre se faz presente nas

reuniões e discussões coletivas e pedagógicas, procurando estabelecer elo entre equipe pedagógica, professores e comunidade.

No que tange ao pedagógico, a escola conta com cinco pedagogas, sendo duas no primeiro turno, duas no segundo e uma no terceiro que possui também com um coordenador pedagógico. Estes buscam atender professores, alunos e pais, e articular projetos, ou seja, procura cuidar da ação pedagógica referente à escola e articulado ao professor nortear, desenvolver o trabalho.

O coletivo da escola tem 50 professores, sendo 20 no primeiro turno, 20 no segundo turno e 10 no terceiro turno. A maioria dos professores possui curso superior e os que não possuem estão cursando. Deste número, 43 são do sexo feminino e 7 do sexo masculino.

A secretaria conta com cinco técnicos e um secretário, sendo que no primeiro turno são dois técnicos, no segundo turno também dois e no terceiro turno um. As principais funções que lhe são atribuídas é organizar os serviços de escrituração escolar, assegurar a verificação da identidade e frequência de cada aluno, ou seja, sua vida escolar, e atender a solicitação dos órgãos competentes. Possui também uma técnica de biblioteca, apenas uma para os três turnos.

Na escola, para o preparo da merenda e limpeza da cozinha são 12 agentes de serviço efetivos, sendo seis agentes para o primeiro turno, porque duas apresentam laudo, três para o segundo turno e três para o terceiro turno. Neste ano foram contratadas seis agentes de serviço para limpeza externa. Há também dois guardas patrimoniais que cuidam do patrimônio da escola durante a noite em forma de rodízio entre eles.

A instituição tratada possui cerca de 1.200 alunos, atende a alunos do bairro Icaivera tanto de Contagem quanto de Betim. Os alunos são em grande parte carentes (financeiramente) existem também casos de alunos que trabalham para ajudar no sustento da família. Faz-se necessário mencionar também que, a escolaridade da maioria dos pais desses alunos não ultrapassa a 4ª série. Nem sempre é possível o acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos já que muitos trabalham e não o fazem quando chegam a casa. Então é possível perceber que muitos alunos, não possuem acompanhamento familiar diário.

A Escola Municipal Maria Helena apresenta um histórico de iniciativas na construção do Projeto Político Pedagógico da mesma. Na gestão 2004/2005 a escola inicia um processo de gestão democrática, uma vez que uma das propostas de trabalho era a construção do PPP. Nesses anos o coletivo se reuniu para troca de informações e experiências trazidas de outras escolas a

respeito da criação do Projeto, salientou-se ainda o que era para cada um o Projeto Político Pedagógico.

Nos anos posteriores de 2006 a 2009 aconteceram movimentos de busca do histórico do bairro, maior envolvimento da comunidade em Projetos como Festa Junina, Caminhada dos Sete de Setembro, Feira Cultural e vínculo da escola a outras instituições do bairro, com atendimento à comunidade, e formação do Colegiado, iniciativas que vão constroem a cada dia a história da escola, como a criação do Projeto Café com Letras, o jornal Estação Icaivera. Há empenho na preparação dos educandos para provas seletivas nos anos finais, comprometimento na participação de Programas tais como: Olimpíadas da Matemática, Astronomia, Cartas Trocadas. Há também projetos que todos os anos estimulam a leitura, escrita e letramento como o Projeto Abrilivros. Ocorre o projeto Africanidades, e palestras sobre diversos temas de interesse da comunidade. Acontece também, o Conselho Pedagógico e a criação da Família-escola.

Especificamente no ano de 2009 a escola é envolvida no Programa PDE Escola e formulou coletivamente metas a serem cumpridas a curto, médio e longos prazos, a fim de melhorar a qualidade de ensino, para tanto aplicou questionários, na iniciativa de conhecer a realidade da comunidade, que é instrumento do PPP. A escola conta ainda com Projetos Federais: Escola Aberta, Escola da Gente e Pro jovem Urbano.

Ainda na iniciativa de sublinhar a educação a que nos propomos ressalta-se o artigo 4º da LDB (1996), no tange o atendimento de forma qualitativa o ensino na Escola Municipal Maria Helena:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um,
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola,
- VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Cabe destacar que construir o Projeto Político Pedagógico é dialogar com a comunidade escolar, a fim de criar que concepção de educação adotamos quais as formas utilizadas de ensino-aprendizagem da escola, como acontece nosso processo de avaliação, o que compõe nosso currículo escolar, como lidamos com a interdisciplinaridade, enfim qual é o nosso perfil, nossa função social.

Quando se tem o empenho em construir coletivamente, torna-se mais fácil garantir que a gestão de fato aconteça de forma democrática. Todos os segmentos da escola trabalham com o comprometimento no sentido de resguardar a qualidade de ensino, desenvolver a visão crítica, buscar a participação cada vez mais coesa, a fim de garantir que as opiniões sejam levadas em consideração na iniciativa de mudanças de posturas em prol de uma educação de qualidade.

No entanto, observa-se que há o impasse entre a questão tempo e desejo, haja vista que as escolas se organizam, constroem, avaliam e produzem todo o tempo, porém ainda falhamos em não registrar, tão somente com fotos, com elaborações de projetos, mas em criar estratégias para que essa organização, que já acontece, faça parte da identidade de cada uma das escolas, o que é de fato o PPP. Assim, um dos entraves é dar conta dessa dinâmica de registrar coletivamente, e que esse registro se torne realmente referencial para todos em cada escola.

O Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado com a participação de toda a comunidade escolar a partir do perfil da mesma, e estabelece em linhas gerais e específicas o objetivo maior da escola. Faz-se importante ressaltar que não se limita à dimensão pedagógica, vê a escola como um todo em sua perspectiva. É um norte, auxilia na definição de prioridades estratégicas, e na transformação dessas em metas educacionais, direciona na decisão do que fazer para alcançar a aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho, é com essa visão que trabalhamos.

De acordo com observações feitas, o contexto educacional da Escola Municipal “Maria Helena” visa atender os alunos com a preocupação constante em relação à aprendizagem, ou seja, a escola busca de forma democrática, a todo o momento, melhorar a organização e o bem estar da escola como um todo.

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que a escola tem história, planejamento, um grupo bem articulado, e a proposta de construção desse projeto, vem responder ao anseio de todo o grupo que espera garantir que essa metodologia de trabalho se efetive para quem conhece ou conhecerá a escola, claro que construindo e atualizando as idéias continuamente.

## 2 FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria Helena é uma instituição pública que funciona sob a regência da Constituição Brasileira, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Regimento das Escolas da Rede Municipal de Betim.

Segundo a LDB no que tange a estrutura educacional, faz-se importante destacar;

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na Unidade Escolar
- II. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- III. respeito à liberdade e apreço a tolerância;
- IV. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- V. valorização do profissional da educação escolar;
- VI. garantia do padrão de qualidade;
- VII. valorização da experiência extra-escolar;
- VIII. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

Ao considerar a escola um espaço de diversidade étnica, social, cultural em que todos a partir das especificidades devem ser respeitados e atendidos plenamente, com garantia de qualidade na formação humana é que os educadores da E.M. Maria Helena têm procurado refletir sobre a prática pedagógica, ao avaliar o processo de ensino aplicado, repensando as metodologias e inovando os instrumentos que proporcionará a aprendizagem.

O ambiente escolar e local, são considerados espaços de aprendizagem, a vivência de mundo que o aluno traz para a escola é discutida e aplicada. O educador tem a preocupação de conhecer a comunidade local. Escola e família procuram ser parceiras no processo de aprendizagem, cada qual desenvolve o seu papel e cumpre com as responsabilidades que lhe são destinadas.

Estamos longe do ideal, mas com algumas ações, que favorecem a construção de uma escola libertadora, laica, capaz de formar cidadãos e cidadãs críticos, questionadores, cumpridores dos deveres e capazes de exigirem os seus direitos.

As famílias são convidadas a participar da vida escolar de seus filhos, os problemas disciplinares e aproveitamento escolar são discutidos com os responsáveis, através de reuniões na escola ou visitas as casas dos educandos. O conselho escolar também tem sido uma ferramenta de avaliação benéfica, tanto para os educadores quanto para alunos, alunas e gestores. Estamos

avanzando na implementação da Família-escola, uma proposta apoiada pela Secretaria de Educação do Município, através do projeto “Democratização da Escola”. O Programa “Escola da Gente”, que é embasado no Programa “Mais Educação – Escola de Tempo Integral”, uma proposta do Governo Federal, tem nos possibilitado uma reflexão mais aguçada sobre a função social da escola.

Acredita-se que o contexto social não é desvinculado do cultural. Mas a oportunidade de oferecer uma diversidade cultural que seja favorável a novos saberes e despertando múltiplos olhares aos nossos educandos, impulsiona-nos a acreditar que a escola é um forte mecanismo de transformação social.

Aos finais de semana recebemos a comunidade escolar que participa do Projeto Escola Aberta. Além de atividades esportivas e recreativas, também oferecemos oficinas de dança, artesanato, embelezamento, conhecimento de informática, orientações de direito. Percebemos que tais atividades, proporcionam momentos culturais, trabalham as relações humanas, tais como o respeito, a ética, cidadania e solidariedade.

O espaço escolar tornou-se um local de confiabilidade e proteção, espaço para fazer amigos, para os jovens e crianças se reunirem e divertirem, trocar informações e até cuidarem da saúde, algumas senhoras aprendizes participam das oficinas para tratarem de transtornos depressivos.

A Escola Municipal Maria Helena, oferece o ensino fundamental que está organizado em ciclos de ensino e aprendizagem (1º, 2º, 3º, 4º). A formação em ciclos nos permite repensar a reprovação escolar e apresenta uma nova proposta, a de que não importa o contexto social, cultural ou familiar, todos aprendem e esse processo deverá acontecer com qualidade.

No 3º turno, há o funcionamento da EJA e Projovem Urbano. De acordo com o art. 6º da LDB, “A educação de jovens e adultos-EJA visa atender àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria”. O público da EJA, na realidade atual, atende a adolescentes acima de 15 anos e idosos até 73 anos. Os profissionais que atuam na EJA, estão cientes desta realidade e procuram estratégias de ensino para trabalhar com essa diversidade, outro fator específico da EJA, é a evasão escolar, por motivos variados. É penosa essa situação, visto que, geralmente foge das possibilidades da escola vencer estes fatos, já que na maioria das vezes o afastamento do aluno da escola é a situação social. A escola está situada em um bairro com infra-estrutura precária, falta iluminação, a distância da escola a residência dos alunos ultrapassa a 2 km, não possui transporte escolar para atender essa demanda, há um alto

índice de violência no bairro, muitas mães de família não têm com quem deixar os filhos para ir à escola, a iniciativa encontrada é a permissão de que as crianças acompanhem os pais estudantes. Os educadores procuram incentivar os alunos a dar continuidade em seus estudos, discutem a metodologia aplicada, participam de formações oferecidas pela Secretaria de Educação (SEMED). Algumas discussões foram levantadas junto à SEMED sobre a possibilidade de um atendimento diurno para estes alunos que ficam impossibilitados de estudar à noite. A escola tem como meta a formação deste aluno, preparando-o para inserção no mercado de trabalho e continuidade dos estudos.

O Projovem é um programa do Governo Federal apoiado pelo município. A escola empresta o prédio para o funcionamento, os profissionais são contratados pelo município e coordenados por uma equipe específica. A escola recebe estes jovens, senhores ou senhoras, que são da comunidade, geralmente pais, mães, irmãos, parentes ou vizinhos dos nossos alunos, envolve-os em todos os projetos desenvolvidos, faz com que os educandos reconheçam-se como parte da escola, tanto na utilização dos espaços quanto nas relações pessoais. Motiva-o a permanecer no programa e reforça a idéia de que a formação escolar é o caminho para a inserção no mercado de trabalho.

A Escola Municipal Maria Helena, tem como meta garantir um ensino de qualidade, que todos os alunos e alunas se apropriem do conhecimento científico e humanístico para a vida em sociedade.

Objetivos da escola:

- Elevar a taxa do IDEB, ultrapassando a meta proposta para 2011 nas séries finais e alcançar a meta proposta para as séries iniciais.
- Fomentar o gosto pela leitura em toda a comunidade escolar (pais, mães, alunos, alunas, funcionários em geral).
- Estabelecer uma gestão democrática em que todos e todas se sintam co-responsáveis pelo processo de aprendizagem, manutenção e conservação do espaço escolar.
- Garantir uma aprendizagem de qualidade, de maneira que proporcionem aos alunos do ensino fundamental aprovação em concursos que ofertem formação de técnica de nível médio. (CEFET, COLTEC, SENAI e FUNEC).



- Incentivar os alunos e alunas a buscar o conhecimento acadêmico, através de pesquisas utilizando meios como internet, fotos, filmes, reportagens e domínio dos diversos portadores de texto.
- Conscientizar o educando de que a escola é um espaço de formação político-social, cultural de respeito mútuo, que as diferenças, sejam tratadas como mecanismo de construção de uma sociedade ética e libertadora.
- Democratizar, cada vez mais, o espaço escolar, incentivando as famílias a participar do processo de educação dos filhos e da comunidade local.
- Oferecer uma educação inclusiva com qualidade e recursos adequados.

Os profissionais da escola almejam uma educação prazerosa e constante na vida dos educandos.

### 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal Maria Helena, tem 08 anos de funcionamento, foi instituída para atender a demanda local. Está localizada na periferia do município de Betim. A construção da escola é moderna e possui o prédio mais bonito da região. Foi construída na parte alta do bairro, sendo vista por todas as direções. Possui 14 salas de aula, biblioteca, refeitório, cantina, auditório, secretaria, vestiários masculino e feminino, quadra coberta, pátio, banheiros masculino e feminino, um banheiro adaptado para alunos especiais, escadas e rampas. O laboratório de ciências e informática foi desativado para atender a demanda de vagas, passaram a ser salas de aula. O depósito do laboratório de ciências, após adaptação virou um minúsculo laboratório de informática.

As salas de aulas são ventiladas, limpas, bem iluminadas e acomodam 35 carteiras. Os quadros são para uso de pincéis, possuem um armário para professor, um ventilador, falta cortinas nas janelas. Três salas têm jogos pedagógicos fixados na parede, dez salas têm alfabeto maiúsculo e minúsculo pintados. Quatorze salas foram construídas no 2º andar e duas salas estão no térreo. Algumas salas têm quadros fixos para uso de mural e outros murais adaptados com TNT ou varais organizados pelos professores. As janelas não possuem grade de segurança e corredores do 2º andar tem uma parede de 1m. de altura sem grades de proteção.

A escola possui uma sala anexo na creche municipalizada que funciona a turma de 06 anos, sala pequena, mobiliário infantil, sem armários e foram adaptados: cantinho de leitura e alguns jogos pedagógicos.

O espaço da biblioteca é pequeno, local para pesquisa, estudo, leitura e também para intervenções pedagógicas em alunos em defasagem de aprendizagem. Um cantinho de leitura foi adaptado, com almofadas, tapete e prateleiras fixadas em uma altura que permita aos alunos de 06 e 07 anos fazerem à escolha dos livros.

Estão instalados 02 computadores, conectados a uma impressora para atender alunos e funcionários além de 03 armários que guardam jogos pedagógicos e livros para uso dos professores ou pesquisas. Não temos um acervo grande de literatura, possuímos livros cuidadosamente escolhidos pelos profissionais da escola para atender as crianças e adolescentes, que estão distribuídos entre poesia, contos, romances, fábulas e teatro. No entanto, caso o professor deseje desenvolver um trabalho com a mesma obra, não será possível, temos poucos

exemplares de cada obra. Os dicionários de língua portuguesa com as novas normas ortográficas e dicionários de língua inglesa ainda não atendem a demanda da escola. Recebemos mensalmente: Turma da Mônica, Revista Pedagógica, Nova Escola, Ciências Hoje, Isto é.

O Refeitório é amplo, possui mesas cumpridas, forradas e com bancos para 08 alunos. Foram construídas paredes laterais para proteger de chuvas e ventos.

A merenda é servida em pratos de vidros e talheres adequados. O aluno faz a escolha do que deseja comer. É servido um café da manhã no horário de 06h30min até 06h55min. No horário do recreio é servida uma merenda salgada, acompanhado por uma fruta. As 11h15min são servidos o almoço para o aluno que fica em tempo integral, esse aluno recebe um lanche às 15 horas, geralmente é um pão com leite e fruta. O aluno do 2º turno recebe a merenda conforme o cardápio do turno da manhã, acompanhada por frutas. No noturno é servido o jantar às 19h50minh acompanhado de uma fruta de sobremesa.

O auditório é amplo, tem a capacidade para receber até 100 pessoas. É utilizado pela escola e pela comunidade local. Emprestamos para o Posto médico, atendimento ao programa Bolsa – Família, igrejas e outras instituições. Necessita-se de cortinas e mobiliário novo. Para as aulas de vídeo, utilizamos um televisor de 29 polegadas ou Data-show. Aos finais de semana o espaço é utilizado para aula de dança que acontecem no programa Escola Aberta.

A sala dos professores, direção e pedagógico são pequenas, desconfortáveis e impedem o atendimento a grupos maiores. Falta espaço para armários e local para guardar com segurança objetos pessoais.

O pátio é amplo, possui canaletes com tampas removíveis, inadequadas por facilitar a quebra o que permite que as valas fiquem abertas e provoquem sérios acidentes. Um cantinho de leitura foi construído recentemente, os alunos aprovaram o espaço, sentam-se em grupos para leitura, jogos, estudos e conversas informais.

A quadra é coberta, está precisando de reforma. Os vestiários estão em bom estado de conservação.

Os banheiros estão em bom estado de conservação, exigem constantes reformas em descargas, torneiras e registro.

A escola possui jardins gramados e necessita de ser replantado, para sua conservação um projeto de cuidados com o ambiente deverá ser desenvolvido.

A verba é depositada pelo Caixa Escolar Unificado da Secretaria Municipal de Educação de Betim, mensalmente para as despesas básicas, água, luz, telefone, material de limpeza e material pedagógico. A administração da escola distribui cuidadosamente a verba, com o objetivo de suprir as necessidades. Tem-se preocupação especial com as necessidades pedagógicas por oferecer recursos diferenciados de trabalho e pesquisa e proporcionar aos educadores aulas inovadoras e interessantes. Utilizando verbas Originadas do FNDE\_PDE Escola, foram comprados microssistem, caixas de som, microfones, data show, computadores, impressoras, máquina fotográfica, DVD, televisores, quadros brancos, livros literários, mapa geográfico, histórico e humano, microscópios, lupas e ventiladores para as salas de aula, as compras são realizadas após consulta aos funcionários da escola, comunidade, representada pelo colegiado escolar.

A escola tem olhar atento com o desenvolvimento pedagógico dos educandos. Quatrocentos e sessenta alunos estudam no 1º turno e estão divididos da seguinte forma: 01 turma de 06 anos, sala do anexo, 01 turma de 10 anos, 04 turmas de 11 anos, 04 turmas de 12 anos, 03 turmas de 13 anos, 03 turmas de 14anos. Estes alunos são assessorados por 18 professores PII, 03 de Língua portuguesa, 03 de matemática, 02 de geografia, 02 de história, 02 de Língua Inglesa, 02 de Ensino Religioso, 02 de Arte, 02 de Educação e física. Para as turmas de 01 e 02 ciclo são 04 professoras PI. O quadro de professores só ficou completo após o mês de junho. As pedagogas e direção fazem um trabalho compartilhado, trabalhando em conjunto as questões disciplinares e pedagógicas. São dois técnicos de secretária efetivos no turno, 02 agentes de serviço com laudo médico, 03 agentes de serviço que preparam a merenda e cuidam da limpeza da cozinha, recebimento e armazenamento de alimentos. 01 técnico de biblioteca, de acordo com o número de turmas, para um bom atendimento, são necessários dois técnicos. A instituição está afastada do centro urbano, o que dificulta a locomoção dos profissionais impedindo-os de trabalharem nesta escola. Aqueles que possuem o seu cargo efetivo neste educandário, gostam da comunidade, dos colegas de trabalho e desejam permanecer lotados onde estão.

No 2º turno, são quatrocentos e cinquenta alunos, 03 turmas de 06 anos, 04 turmas de 07 anos, 03 turmas de 08anos, 03 turmas de 09 anos, 02 turma de 10 anos. São 18 professoras PI, sendo que apenas 05 profissionais são efetivas, 13 flexibilizam na escola. Até o mês de junho o quadro não estava completo. São 02 pedagogas efetivas no turno que compartilham o trabalho pedagógico/disciplinar com a direção, 02 técnicos de secretaria, 03 agentes de serviço que

preparam a merenda, 01 agente de laudo, não têm técnico em biblioteca, são liberadas 40 horas extras para 02 funcionários atender a biblioteca.

No 3º turno, são atendidos 260 alunos distribuídos em 03 turmas do 1º segmento, 01 turma do 1º período, 02 do 2º período, 2 do 3º período, 2 do 4º período e 02 de Projovem. São 03 professoras PI, 01 pedagoga, 03 agentes de serviço que preparam a merenda, 01 coordenador pedagógico, 01 professor de língua portuguesa, 01 professor de língua inglesa, 01 de geografia, 01 de história, 01 de ciências, 01 de matemática, 01 de arte/ed. Física. Não tem o técnico de biblioteca efetivo no turno, o trabalho é desenvolvido por uma professora PI.

O serviço de limpeza foi terceirizado, são 06 profissionais que trabalham 08 horas diárias.

A escola também atende a alunos em tempo integral. Os alunos ficam em média 10 horas na escola, onde almoçam e lancham. São 508 alunos inscritos no Programa Escola da Gente. Atualmente, 320 alunos participam e os demais ainda não estão integrados por não possuímos local adequado para realização das oficinas. A prefeitura alugou um sítio, que fica localizado no município de Contagem e para o deslocamento dos alunos, dependemos do transporte escolar. O sítio é bem organizado e possui uma excelente infra-estrutura: área verde, 04 quiosques, 01 piscina, 01 quadra coberta, 01 sala de aula, 01 refeitório e 01 cozinha.

São desenvolvidas oficinas pedagógicas, letramento, leitura e produção de texto, jornal, teatro e matemática, oficinas esportivas, taekendô, futebol masculino e feminino, natação e recreação, oficinas de música: flauta, teclado e coral além de oficinas artísticas. O programa visa trabalhar a educação na integralidade, o conhecimento formal é construído através do lúdico, do diálogo, da troca de conhecimento, práticas que acontecem em atividades em grupos. Cidadania, ética, respeito ao outro e ao meio ambiente fazem parte da proposta pedagógica. O atendimento acontece nos dois turnos o gestor e coordenador esportivo trabalha 08 horas e 18 estagiários universitários, 02 mães da comunidade e 03 estagiários da comunidade estão distribuídos entre as oficinas que foram citadas e atendem uma média de 25 alunos por oficina.

Aos finais de semana o funcionamento ocorre com o Programa “Escola Aberta”. As portas da escola são abertas para receber a comunidade local. As atividades esportivas são as mais procuradas, a quadra é utilizada para o futebol masculino e feminino e voleibol. Aulas de informática, pintura, bijuteria, manicura, recreação, escola dominical, escotismo, dança, também são oferecidas para a comunidade. Os oficinairos são pessoas da comunidade que fazem trabalhos

voluntários. As atividades são orientadas pelo coordenador e professor comunitário. Ambos fazem parte da comunidade local.

A comunidade respeita o espaço escolar, são poucas as situações de depredação ao patrimônio público.

## 4 CURRÍCULO

Currículo a priori, nos remete a documento que apresenta o indivíduo, o que o diferencia dos demais, a partir deste pressuposto, definimos o currículo da Escola Municipal Maria Helena torna-se palpável, na medida em que se pensa que educação temos, queremos, quais as metas para alcançar os objetivos da instituição, pensa-se ainda na fusão dos conteúdos acadêmicos em sintonia com a realidade dos educados, conhecimento socialmente adquirido, e principalmente nos leva a refletir ensinamos para quê?

Segundo Moreira:

“Nesse enfoque, concebeu-se o currículo como instrumento básico da ação transformadora escolar como extrapolando listagens de disciplinas e atividades, para englobar ações e relações, de fora para dentro e de dentro para fora, propostas existentes na escola, pela escola, e para a escola. O currículo foi visto como uma construção coletiva, como um processo, requerendo uma estrutura escolar mais flexível, democrática e autônoma. A organização do ensino em ciclos impõe-se, então, como necessária a uma escola que se queira menos seletiva, menos excludente e menos autoritária.” (MOREIRA, 2000, p. 120).

A instituição aqui referida se enquadra na visão de Moreira (2000) em como se conceber o currículo, haja vista, que apresenta o sistema de ensino em ciclos de formação humana a fim de estabelecer “tempos” de aprendizagem em maior extensão no intuito de valorizar e respeitar o processo ensino/aprendizagem do indivíduo. Nota-se a escola como um espaço democrático e de valores filtrados a partir da história da comunidade envolvida e a realidade em que ela está inserida.

Ressalta-se que o coletivo de educadores, já nos anos iniciais, da Escola Municipal Maria Helena tem como objetivo claro de trabalho, preparar o aluno para a vida e os desafios que a sociedade os impõe, e, portanto, estabelece como princípio básico a formação do educando para o letramento na iniciativa de que a criança reconheça todos os portadores de texto e a função social dos mesmos. Parte-se do incentivo a leitura e escrita com projetos direcionados à alfabetização para este fim.

Ainda observa-se no pensar a escola de forma democrática e idônea, no que tange a educação especial, a necessidade de se estabelecer no currículo metas para abarcá-la, haja vista, que a educação especial está resguardada na LDB em seu Art. 58 como descritos.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Nesse contexto, a Escola Municipal Maria Helena apresenta um trato especial através de turmas flexíveis e pequenos grupos para o atendimento aos níveis de aprendizagem diferenciados bem como, o cuidado em zelar e garantir através dos estagiários, orientados pelo pedagógico da escola, no uso de jogos com portadores de necessidades especiais a fim de propiciar uma educação inclusiva.

Destaca-se que a formação do indivíduo se dá em período integral, por estarmos inseridos no programa do Governo Federal, também chamado Escola da Gente, e atende aos educandos em espaços que oferecem disponibilidade à prática de esportes e lazer, tendo claro como finalidade a formação em caráter físico, moral, social e educacional para a cidadania.

Há que se salientar que o Projeto comunga com a filosofia do ensino regular em respeitar os conhecimentos socialmente adquiridos e relacioná-los com os conhecimentos acadêmicos propícios a viabilizar a inserção do educando a vida.

Nesse sentido Lopes é categórica no pensar o ensino do currículo a partir do conhecimento socialmente inerente a formação cidadã:

“(…) a estruturação do currículo por intermédio dos conceitos de competências e de contextualização tenderia a minimizar o caráter acadêmico, propiciando o foco na inter-relação de saberes capazes de formar determinada competência e apontando para a necessidade de articular os diferentes conceitos com o contexto dos alunos.” (LOPES, 2006, p. 44).

Assim, nos ciclos finais da Escola Municipal Maria Helena, ressalta-se uma preocupação bem específica no que tange a continuidade dos estudos dos educandos, por se tratar de uma região periférica e divisa de municípios, a oferta de ensino médio se dá somente em uma instituição estadual o que não atende a demanda da comunidade, portanto, o enfoque pedagógico se dá no preparo dos alunos na participação de processos seletivos em outras instituições a fim de propiciar rumos educacionais distintos. Faz-se importante frisar que se estabelece como meta o



preparo do educando nesse limiar através da formação social e a partir de levantamento junto à comunidade escolar no intuito de amparar os anseios da clientela atendida nesta instituição.

Ainda, no amparo a formação integral do educando, o coletivo escolar na iniciativa de restringir a defasagem na aprendizagem se vale de projetos como extensão de horário para reforço escolar, também chamado “Café com Letras” e “Quinto Horário”, assim como a produção do jornal “Estação Icaivera”, a fim de ensinar na perspectiva do letramento. Valemo-nos também do recurso da participação em campeonatos municipais, estaduais e federais tais como: Olimpíadas da Matemática, Português, Astronomia como mecanismos de incentivo ao estudo para que os alunos se sintam capazes e seguros em competir e progredir na vida educacional.

Ressalta-se que o ensino noturno EJA, Ensino para Jovens e Adultos, se vale de programas de incentivo à formação do educando a partir da realidade profissional da clientela, filosofia captada pelo programa Pró-jovem Urbano, este, que também foi bem recebido na iniciativa de propiciar diversas metodologias a fim de atingir e viabilizar o ensino a esta comunidade, nesse sentido a escola se vale de palestras, projetos e conselhos na perspectiva de avaliar e redirecionar os rumos da educação dos adultos.

Importa nos frisar que pensar o currículo desta instituição perpassa também no fator tempo de discussão, avaliação e mudanças nos rumos do processo ensino/aprendizagem, fator que se apresenta na EJA, já que o calendário escolar é diferenciado e permite encontros semanais entre educadores, pedagógico e direção da escola. Porém ainda este fator é um entrave nos demais anos/ciclos, haja vista que os educadores reivindicam o pensar a educação e o currículo da escola, mas não lhes é disponibilizado em calendário o encontro pedagógico, neste sentido cabe nos questionar: Como trabalhar no sistema de ciclos de formação humana sem o tempo para se construir, avaliar e direcionar o currículo na perspectiva de uma educação pautada na democratização e no diálogo dentro do espaço escolar?

Portanto, o currículo da Escola Municipal Maria Helena afirma-se como vivificado, na medida em que se sujeita às mudanças pertinentes na medida do possível a atender a comunidade escolar, bem como, preparar os educandos nela inseridos para a cidadania nos mais diversos níveis da alfabetização à educação dos nossos jovens e adultos na perspectiva da valorização e respeito ao indivíduo como ser socialmente constituído.

## 5 TEMPO ESCOLAR

Ao tratar de tempo escolar cabe ressaltar a importância da escola para efetivação de qualquer proposta. É na escola que se concretiza o fazer social, a pesquisa, é o espaço de interação e ação para a formação completa, portanto “(...) é no âmbito do espaço escolar que todos os outros níveis de análise e de intervenção devem ser equacionados...” (NÓVOA, 1995: 20).

Nesse sentido, o tempo escolar é tratado, na Escola Municipal Maria Helena, como o meio para concretização do aprendizado, da construção no dia-a-dia, através das ações pedagógicas que acontecem na realização de projetos, no currículo trabalhado, no cotidiano, no planejamento, nas intervenções, nas atividades desenvolvidas, nas oficinas no contra turno, nas atividades da escola integral no Programa Escola da Gente, a fim de garantir o desenvolvimento pleno do aluno.

Para tanto, a Escola Municipal Maria Helena atende ao Ensino fundamental em quinze salas a cada turno. A unidade escolar funciona em três turnos, das 7h às 22h. No primeiro turno (7h às 11h25minh) a escola atende alunos do 2º, 3º e 4º ciclos, no segundo turno (13h às 17h) atende alunos do 1º e 2º ciclos e no terceiro turno (18h às 22h) oferece a Educação de Jovens e Adultos. (EJA) dividida pelo 1º segmento, que são as turmas de alfabetização e 2º segmento que atende aos anos finais do ensino fundamental. Durante o noturno, três salas são ocupadas pelo Pro Jovem Urbano, que atende a alunos que ainda não concluíram o ensino fundamental.

A escola em questão funciona na lógica dos Ciclos de Formação Humana, onde o desenvolvimento de aprendizagem é flexível e progressivo e as aulas buscam atender as “necessidades” de seus alunos.

Do ponto de vista político e ideológico, a proposta de ciclos é herdeira de uma postura progressista, que vê a escola como um espaço transformador e que para tal, deve ser igualmente transformado em suas finalidades e em suas práticas, em seus espaços de gestão e em seus tempos de formação. Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça a prática transformadora, a começar por ela mesma. (FREITAS, 2004, p.15).

Os alunos são agrupados da seguinte forma: 1º ciclo (6, 7 e 8 anos), 2º ciclo (9 a 10 anos), 3º ciclo (11 a 12 anos) e 4º ciclo (13 e 14 anos).

Isto acontece porque cada idade corresponde a uma forma de vida que tem valor, equilíbrio, coerência, deve ser respeitada e levada a sério. Portanto o critério básico para a

constituição de turmas de referência é a idade, mas ao longo do processo, os alunos poderão ser reagrupados por critérios diversos, de acordo com os diagnósticos e estratégias criadas no planejamento escolar.

A escola trabalha com a concepção de que todos os profissionais da escola, bem como, toda a comunidade escolar, têm um importante papel, uma vez que, o objetivo maior é o de educar de forma mais ampla e para isso deve propor, criar, cuidar, buscar condições de aprendizagem para os alunos.

Neste contexto, a escola é um espaço em que o conhecimento deve permitir a inserção do aluno no dia-a-dia, na compreensão da realidade, nas relações sociais, ou seja, em um universo cultural mais amplo. Mesmo porque é nas ações escolares que deve acontecer a formação e a informação, e em prol desse objetivo é que se concretiza o tempo escolar.

Para administrar esse tempo necessário à formação do aluno, a escola trabalha com as quatro horas de efetivo trabalho em sala de aula e as outras seis horas com o Programa Escola Integral – Escola da Gente, que visa o objetivo de cidade educadora, nessa proposta o aluno trabalha esse outro tempo em outros espaços.

No que se refere às quatro horas na escola, o coletivo, junto ao Pedagógico e a direção, procuram planejar, nos horários de estudo, com foco no desenvolvimento das turmas e na construção de estratégias de intervenção para grupos ou alunos específicos que necessitam de outra forma de trabalho. Os trabalhos são organizados trimestralmente, para análise das habilidades e competências adquiridas. Os professores procuram também, organizar esses tempos com um olhar para formação ampla e também necessária para o aluno começar os ciclos finais e sucessivamente, o segundo grau. Há na escola experiência de professores que desenvolvem projetos extra-turno de estudos e, fora do programa escola Integral, desenvolvem atividades de reforço escolar ou tira dúvidas dos conteúdos, antes do início das aulas ou ainda desenvolve atividades nas casas dos alunos para, cada vez mais próximo de sua realidade, levar os alunos a interagirem com a própria realidade e o conhecimento escolar.

Porém, a que se concluir que há necessidade de mudança no sistema de ensino a fim de garantir que encontros de grupos de trabalho estejam resguardados no próprio tempo escolar, uma vez que vale a experiência da EJA, que dentro da organização do tempo garante encontros dos professores no último dia da semana e assim acontecem discussões ricas que refletem no trabalho

com o aluno. Com certeza, os avanços na educação serão percebidos em curto prazo se existe a garantia da troca de experiências.

O Programa Escola da Gente, que, como citado acima, é o programa de alunos em tempo integral, foi muito bem aceito pela comunidade. A busca para ampliação do Programa acontece, porém no caso da realidade da escola, agora, no segundo ano do Programa, é que a estrutura para realização do trabalho está se concretizando, uma vez que, as atividades, agora, acontecem em um sítio localizado no bairro vizinho, as crianças almoçam na escola e utilizam o escolar para o percurso sítio/escola.

Ressalta-se, no primeiro ano a escola tinha problemas com espaços de atendimento para as oficinas, apesar do apoio de pastores e padres com empréstimos de espaços e dois alugueis no bairro para esses atendimentos. O grupo do Projeto é formado por: vice-diretor/coordenador, profissional imprescindível, por dividir os avanços e retrocessos no processo de instalação, efetivação e ampliação do programa com a direção da escola e 18 oficinairos, que foram selecionados em parceria com as Universidades e por pessoas da comunidade, que trabalham com as oficinas de matemática, taekendô, geo-processamento, rádio escola, jornal, fanfarra, música e natação. Essas atividades foram escolhidas com ênfase às necessidades e anseio dos alunos.

Ao se pensar “tempo escolar” a partir da escola de tempo integral no que dedilha as práticas da gestão escolar, o que se identifica é um processo de planejamento e construção no caráter formador do programa, o que a priori, absorve e desgasta a direção por ser o segmento que gerir os programas e projetos pedagógicos na escola, toda via, à sustentação se dá através da junção direção e coordenação da Escola Integral em parceria com a SEMED.

Quanto à aceitação da comunidade ao Programa, percebe-se que é bem positiva, mas é sempre feito um trabalho pela escola, de que o Programa tem seus objetivos, porém, mais do que nunca as responsabilidades da família devem ser cumpridas e que a escola nunca deve ser percebida como um espaço para ocupação da criança para não estar na rua ou mesmo para a família trabalhar. Assim, a meta da escola é que os alunos que estudam em tempo integral tenham um atendimento em oficinas que garantam a inserção e o desenvolvimento das diversas habilidades. Por isso, o empenho em encontrar as melhores soluções e estratégias para aplicabilidades do Programa.

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram

experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infra-estrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente. (CAVALIERE, 2007, p.1022).

Assim, é possível perceber que a expectativa dos profissionais da escola, em relação ao desempenho dos alunos, nesse tempo escolar, é diversificada, uma vez que, alguns esperam que os alunos sigam uma carreira de nível médio e até mesmo que alcance lugar em uma universidade, outros acham que muitos são fracos e que não conseguem perceber a importância dos estudos, e a utilização proveitosa do tempo escolar.

Portanto, uma das preocupações do coletivo é o empenho em diagnosticar e criar estratégias de aprendizagens e aproveitamento do trabalho do educando e do educador, tanto na sala de aula, quanto no Programa de Escola Integral num investir em acreditar que sempre há algo a ser feito para o melhor sempre.

O trabalho escolar situa-se numa esfera não material, voltando-se, portanto, para a formação de seres humanos enquanto sujeitos históricos. A escola, nesta ótica, caracteriza-se como uma instituição social cuja especificidade consiste em seu caráter criador, como geradora do conhecimento, consubstanciada na indissociabilidade entre teoria e prática. (OLIVEIRA, et al. s/d, p.6).

Outra definição para o trabalho escolar Oliveira (2002) que o concebe como a:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132).

Mediante esta situação, a escola busca oferecer estímulo e motivações para que estes alunos possam almejar um futuro melhor, ou seja, com melhores condições que as atuais, que sejam capazes de intervir no mundo em que vivem de forma crítica, porém respeitosa, e que para tanto aproveitem o tempo escolar, como tempo de formação plena.

A escola avalia que, para o aluno, o tempo escolar, como acontece na Escola Municipal Maria Helena, caminha com foco no objetivo que se almeja, uma vez que garante os requisitos necessários para um dia proveitoso de experiências necessário à boa formação.

## **6 PROCESSO DE DECISÃO**

A Escola Municipal Maria Helena trabalha com foco na gestão democrática, dessa forma respeita a realidade individual da escola através da participação coletiva nas decisões, como resguardado por lei.

Enquanto Lei Complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art.9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática. (OLIVEIRA, et al., s/d. p.1).

Ser gestor com essa proposta implica em um fazer coletivo, para tanto, e mais do que nunca, se faz necessário o conhecimento da legislação, implantação e consolidação de mecanismos de participação da comunidade escolar através de conselhos e colegiados.

Na Escola Municipal Maria Helena a proposta de trabalho é voltada para a gestão democrática. Os gestores procuram ouvir, envolver e compartilhar as decisões que norteiam o trabalho escolar. Esse processo começou com a eleição direta para diretores, processo esse, que envolve toda a comunidade escolar.

O colegiado ou Conselho escolar acontece na escola e também é formado por eleição dos membros pela participação de todos os segmentos da escola, e esse, a cada dia mais, tem participado das decisões da escola, como propõem uma Gestão Democrática.

A escola também possui a Associação de Pais e Mestres, que na escola é chamada de Escola Família Escola, esse nome foi escolhido pensando na abrangência dos membros que a compõe.

Acontecem no Maria Helena, Conselhos de classes, que têm por objetivo discutir avanços e estratégias de aprendizagem, e Conselho Pedagógico que é um processo de participação de alunos, professores, coordenadores escolares num diálogo da avaliação da aprendizagem. Há a socialização com o coletivo na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Conforme cita Dourado (2006, p.2)

Uma das possibilidades de implementação do planejamento participativo na escola é a existência do Conselho Escolar e seu funcionamento efetivo, tendo em vista que este deve ser um órgão colegiado e como tal deve contar com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade local e escolar, possibilitando, assim, uma melhor aplicação dos recursos financeiros da escola, como também uma gestão mais transparente e democrática.

Faz-se importante cada vez mais à busca pela participação das discussões sobre o que é melhor para a escola, através da definição de prioridades, assim como, fortalecer o colegiado escolar nas funções que lhes cabem consultiva, deliberativa, fiscal e mobilizadora na garantia da nitidez de como funciona a administração dos recursos e ainda o que tange as questões pedagógicas na iniciativa da busca por posturas de uma gestão cada vez mais democrática que é o objetivo maior.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. (OLIVEIRA, et.al. s/d. p.4).

Ainda espera-se avançar muito em posturas coletivas, decisões, colaboração para fazer com que todos se sintam parte, numa visão totalmente democrática. Para tanto, a gestão da Escola Municipal Maria Helena procura trabalhar na busca de um amadurecimento de todos os segmentos da escola na tomada de decisões.

Para se garantir a qualidade na educação percebe-se que ainda é preciso que aconteça a reestruturação dos sistemas de gestão, uma vez que "... a gestão transforma metas e objetivos em ação". (OLIVEIRA, et.al s/d, p.4).

Faz-se necessário também, planejamento e avaliação de programas educacionais, há que se ter uma relação muito mais colaborativa que impositiva nas políticas de inclusão social, para que as posições tomadas pela escola façam parte de um processo que envolva toda a educação.

É preciso, portanto, acreditar numa aprendizagem transformadora com novas práticas e estratégias de ensino, buscar processos qualitativos e que todas as políticas educacionais sejam feitas e praticadas pensando na força socializadora que é a escola.

Nessas novas formas de organização do trabalho escolar, tem havido um esforço conjunto para que seja valorizada a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar (diretor, coordenador, professores, pais, estudantes, funcionários e os demais interessados na escola), principalmente por meio da construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico e da consolidação de conselhos escolares. (OLIVEIRA, et.al. s/d. p.7).

Encontrar o caminho para trabalhar na perspectiva da gestão compartilhada, ou seja, democrática, não é difícil, o grande desafio está em colocar em prática no dia- a- dia, com o tempo corrido para discutir, para criar, para fazer de fato juntos.

Faz-se necessário buscar, a cada dia, novas estratégias, aprender com os erros, contar com o grupo que é apoio, integrar aqueles que não se sente parte, ouvir mais, fazer sempre e não desistir nunca, essa é a postura que a Escola Municipal Maria Helena tem praticado.



## 7 RELAÇÕES DE TRABALHO

O bom funcionamento de uma instituição de ensino se dá a partir das relações de trabalho estabelecidas no ambiente escolar, é sabido que para promovê-las faz-se necessário a articulação da equipe gestora com todos os atores que fazem parte do processo ensino/aprendizagem, no intuito de propiciar qualidade e favorecer um ambiente oportuno à educação.

Nessa perspectiva, por se tratar de um espaço de convívio profissional, mas principalmente que se pauta na formação cidadã da comunidade nela inserida, a Escola Municipal Maria Helena prima por estabelecer princípios democráticos, haja vista, que a direção da escola é escolhida via eleição, com mandato por dois anos, e que a equipe gestora tem a função de dirigir uma instituição que funciona em três turnos, com o ensino fundamental e ainda atende os programas: Escola da Gente, (alunos que estudam em tempo integral), Pró-jovem Urbano e Escola Aberta (oficinas ministradas aos finais de semana para a comunidade escolar), que estão divididos entre coordenação administrativa, pedagógica, professores, técnicos de biblioteca, agentes e oficinairos a serem orientados dentro de uma filosofia pautada na educação para a vida.

Neste sentido, Oliveira (ano) define muito bem o papel do diretor da escola que parte do pressuposto de gerenciamento democrático e compartilhado.

“Nessa perspectiva, o papel político-pedagógico do diretor na escola tem uma relação direta com a forma de acesso ao cargo. O redimensionamento do papel político-pedagógico do diretor implica a criação e/ou consolidação de espaços de gestão colegiada, onde a gestão se efetive por meio de processos de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar, no sentido de construir uma gestão democrática.” (OLIVEIRA, et al., s/d. p.1).

Entender como se dá a administração político-pedagógico na Escola Municipal Maria Helena, à luz de Oliveira (ano) nos permite salientar que a priori, as tomadas de decisões perpassam pelo diálogo entre coordenação e funcionários, numa relação de respeito, solidariedade e participação coletiva.

As práticas pedagógicas acontecem a partir da realidade da comunidade, tem-se o cuidado em conhecer a história do educando para se fazer as intervenções necessárias, alguns professores estabelecem rotinas de visitação, levantamento de faltas, mudanças comportamentais e, em sistema de cooperação, as pedagogas se informam a que se deve cada situação-conflito além de estabelecer relação dialógica com a direção na iniciativa de juntos e com a solicitação da presença familiar resolver problemas que possam impedir o progresso educacional dos envolvidos.

Ressalta-se que a participação da família acontece com frequência, seja via reunião de pais, solicitação de comparecimento à escola, participação em festas e eventos e principalmente na formação do Colegiado Escolar, haja vista, que esta é a organização máxima da escola por ser composta por representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar.

A partir deste enfoque e sobre as funções do colegiado escolar Oliveira (ano) faz a seguinte observação:

“O Conselho Escolar deve ser o espaço onde se discutem as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica da escola. Nesse sentido, o Conselho Escolar têm as seguintes funções: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.” (OLIVEIRA, et al., s/d. p.2).

Portanto, pensar o conselho escolar partindo do pressuposto que nele se delibera os rumos que a Escola Municipal Maria Helena toma diante das questões pedagógicas e administrativas é valer-se das organizações escolares e dos espaços constituídos para se discutir impasses, haja vista, que é neste ambiente que as questões sociais e educativas são debatidas e podem-se buscar soluções viáveis.

A escola apropria-se da participação da comunidade ao estabelecer os Coselhos pedagógicos com a participação da família, educandos e educadores na iniciativa de avaliar a construção do conhecimento, assim como a disciplina e as relações professor/aluno, bem como as mudanças necessárias para a melhoria das relações e aprendizagem.

Ainda como mecanismo de diálogo a fim de favorecer a qualidade no ambiente escolar, o coletivo da Escola Municipal Maria Helena conta com a criação do “Família e escola”, conselho criado para reunir comunidade escolar e lideranças no intuito de se pensar a educação e os rumos dela na escola e no bairro: avanços, retrocessos, caminhos a percorrer e principalmente qual a

contribuição cada membro tem a oferecer para se alcançar uma educação pautada na formação cidadã para toda a comunidade.

Faz-se importante ressaltar que todas as discussões no pensar a educação da instituição aqui referida, perpassa pelo entrave tempo para as relações dialógicas, haja vista, que os encontros família/ professor/ aluno e ainda professor/pedagógico/direção são limitados o que muitas vezes prejudica as possibilidades de avaliação e mudanças nos rumos da aprendizagem, ainda que a comunidade escolar seja participativa e presente.

Portanto, as relações de trabalho aqui referidas avançaram no pensar a educação para a Escola Municipal Maria Helena, porém faz-se necessário progredir mais, para se alcançar a qualidade no ensino/aprendizagem que almejamos e no preparo do educando para a cidadania.

## 8 AVALIAÇÃO

A avaliação é, segundo Luckesi (1996,p.33) “como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. O aluno chega à escola com vivências, história de vida, julgamentos sobre certo ou errado, sendo capaz de auto avaliar-se e avaliar os outros. As escolas têm tendência a estarem fechadas em um processo de avaliação em que o aluno é medido em acertos ou erros, tabulado em médias alcançadas, classificado em conotações “alcançou parcialmente”, “a desejar”, “alcançou a proposta”. Ao final do ano letivo, está apto ou em continuidade.

De acordo com Luckesi (1996, p.32): “a avaliação educacional deverá manifestar-se como um mecanismo diagnóstico da situação tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora”.

A escola vive um conflito: Que práticas pedagógicas devemos aplicar? Como avaliar o aluno que deverá está preparado para o mercado de trabalho? Sendo que as portas de entrada, geralmente acontecem através de exames, concursos públicos ou testes elaborados pelas empresas. Continuar os estudos e obter a formação profissional está atrelado a passar em provas de seleção organizadas pelas escolas técnicas, universidades públicas ou particulares. Os cursos mais cobiçados fazem com que o aluno enfrente horas intermináveis de estudos preparatórios. As famílias e a comunidade local medem a qualidade da escola através das aprovações de seus filhos em concursos ou entrada em faculdades.

As instituições reforçam essa teoria, divulgando os resultados de aprovações através da mídia, propagandas nos veículos de comunicação, faixas, comunicados aos pais. Os educadores vivem um angustiante questionamento, aluno bem preparado é que obtém as melhores notas? E o preceito da Constituição Federal que garante a igualdade de condições a todos na escola pública, mas na realidade o que existe é o afunilamento? E o que fazer com os valores como solidariedade, inclusão, cidadania, ética, valorização do conhecimento de mundo? Qual é a

função da escola? Como preparar o ser para o mundo real possibilitando-o conquistas pessoais, sociais e profissionais.

O corpo docente da Escola Maria Helena tem feito algumas reflexões sobre a proposta pedagógica aplicada na escola, quais são seus objetivos? O que deseja a comunidade que frequenta a escola? Quais resultados a escola pretende alcançar?

É sabido que a aprendizagem é construída, o aluno chega com uma vivência de mundo que é valorizada pela escola e que deverá ser trabalhada, enriquecida e que no decorrer do processo os avanços sejam percebidos e os resultados sejam avaliados. As metas da Escola são:

\* Obter os melhores resultados dentro dos objetivos propostos pela escola que é preparar meninos e meninas capazes de contribuir para a construção de um mundo melhor, justo, solidário, ético.

\*Preparar alunos e alunas para o domínio dos conhecimentos científicos, lingüístico, artísticos, capazes de resolver problemas matemáticos e respeitar o meio ambiente.

\* Garantir uma aprendizagem de qualidade que propiciem aos educandos continuidade dos estudos e formação profissional.

A escola avalia os procedimentos e verifica se os objetivos propostos foram alcançados.

Luckesi (1996,p.38), afirma que: “O nosso exercício pedagógico é atravessado mais por uma pedagogia do exame do que uma pedagogia do ensino/aprendizagem”.

Nossos alunos são avaliados na totalidade, a construção do conhecimento é observada e registrada pelos professores e pedagogos. Fichas de avaliação, diários de bordo, avaliação escrita, são instrumentos utilizados pelos professores. Outro mecanismo para avaliar os avanços dos educandos é o mesmo grupo de professores acompanharem o crescimento da turma por todos os anos do ciclo. Acreditamos que conhecer a história de vida do educando, suas dificuldades, sua família, proporciona a escola avaliar de forma mais precisa os acertos e erros da sua proposta pedagógica. Outra prática avaliativa adotada em conversas nas reuniões de pais, além de apresentar os avanços alcançados pelos educandos, discutiu-se com as famílias, estratégias de avaliação e acompanhamento da vida escolar.

Rever os erros, buscar novas estratégias, orientar e reorientar, envolver as famílias no processo de aprendizagem assegura a qualidade do ensino, são práticas adotadas pela escola.

Uma prática utilizada é o Conselho Pedagógico, com os alunos de ensino regular do 3º e 4º ciclos. Discutimos com meninos e meninas, pais, mães, professoras, professores, direção e

pedagogos, a proposta curricular, a disciplina e o compromisso com os estudos. Todos os segmentos da instituição participam da exercício de avaliar, fazem propostas para alcançarmos uma educação de qualidade.

Com os alunos da EJA, já desenvolvemos essa prática há alguns anos, o que tem nos proporcionado uma reflexão mais aguçada sobre a nossa forma de ensinar.

A escola não tem uma avaliação formalizada de desempenho dos profissionais, mas as discussões são feitas entre os mesmos e a gestão da escola, chegando a uma reflexão madura e buscando atingir o melhor desempenho dentro do que é proposto. Somente os funcionários que estão em estágio probatório, passam por um processo de avaliação formal encaminhado pelo setor de Recursos Humanos da prefeitura.

Os gestores da escola, também não passam por um processo avaliativo formal, mas semestralmente, a direção da escola elabora um questionário sobre a forma de gerir a escola, os pontos que precisam ser melhorados e os avanços que a escola alcançou. Trabalhamos numa perspectiva de gestão democrática e compartilhada, somos todos pela educação e que nos interessa é alcançar os resultados positivos.

A comunidade escolar também está começando a ser inserida neste processo, a participação dos conselhos escolares é uma nova proposta, através das reuniões do Família - escola e tem feito algumas reflexões importantes sobre resultados do IDEB. Nesse contexto, algumas ponderações são importantes, como o desempenho dos alunos com relação ao currículo da escola, a aprovação dos alunos do último ano do ciclo em escola técnicas, a importância do Escola da Gente , o rendimento dos alunos e os anseios da comunidade para uma educação de qualidade.

Neste sentido, formar em caráter humanístico é também pensar o avaliar para a consciência política, o ser, fazer, pensar e agir as práticas cotidianas que fazem parte do processo ensino/aprendizagem da Escola Municipal Maria Helena, por isso nossa atenção tem se voltado na ação família/escola, como princípio cíclico e dinâmico de formação cidadã.

Portanto, o processo de avaliação na Escola Maria Helena é contínuo e respeita as etapas de aprendizagem necessárias a cada indivíduo. A instituição valoriza o conhecimento como forma de adequar à vida em sociedade. Avançamos muito sobre como avaliar e o que é avaliar, ainda precisamos ajustar as estratégias para pensar a avaliação de forma a envolver a comunidade

escolar em prol de ações positivas que de fato, proporcionem o crescimento do educando a cidadania.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100-Especial, p.1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 20/08.2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2006.

FREITAS, Luís Carlos de. CICLO OU SÉRIES ? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13-27<sup>a</sup> **Reunião Anual da ANPEd**, 2004 Disponível em <http://www.anped.org.br>. Acesso em 20/08/2010.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 20/08/2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**.4.ed.São Paulo:Cortez,1996.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & Sociedade**, ano XXI, no 73, Dezembro/00.

NÓVOA, António. (org.) **As Organizações Escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, João Ferreira, et al. **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar** <http://moodle.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 20/08/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira, et al. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos sua implementação** <http://moodle.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 29/05/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira, et al. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da Gestão Democrática**. <http://moodle.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 20/08/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira. **O papel político-pedagógico do diretor**. <http://moodle.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 20/08/2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na gestão e na organização do trabalho na escola. In: Dalila Andrade Oliveira; Maria de Fátima Felix Rosar. (Org.). **Política e gestão da educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v. 1, p. 125-144